



Revista
Educar Mais

Participação de atores privados na rede pública estadual de educação do Piauí

Participation of private actors in the state public education system of Piauí

Methodologies Participación de actores privados en la red estatal de enseñanza de Piauí

Tauana Tamires da Rocha Silva¹  • Samara de Oliveira Silva² 

RESUMO

O modelo de descentralização adotado no Brasil durante a década de 1990 redefiniu as políticas públicas sociais reordenando as responsabilidades entre as esferas governamentais incumbindo-as em níveis locais. Dado o exposto, o presente texto discorre sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) para o atendimento educacional pelos sistemas de ensino. O objetivo da pesquisa é analisar a privatização na Educação Básica da Rede Estadual Pública do Piauí, a partir da identificação dos atores privados na adoção de programas e projetos implementados na política educacional da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC/PI). Como aporte teórico dialogou-se com os estudos de autores como Paro (1992); Luz (2000); Mézaros (2006); Harvey (2008); Adrião (2009); Robertson (2013); Peroni e Caetano (2016); Goulart, Cássio e Ximenes (2019); Cássio (2019); Adrião, (2022). Utilizou-se a metodologia de pesquisa quanti-qualitativa com uso da pesquisa documental e análise de estatísticas educacionais. Evidenciou-se na caracterização dos dados, a presença de programas criados por fundações, institutos e organizações sociais filantrópicas nas dimensões de gestão e oferta educacional atuando na rede estadual de educação do estado do Piauí. Os resultados sinalizaram para o avanço e ampliação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), assumindo a responsabilidade através de projetos e programas na rede estadual de educação do Piauí, que atuam na gestão e oferta, em nome do discurso construído a partir da “eficiência e gestão por resultados”, pelo meio do estabelecimento de parcerias com o setor privado. Os resultados ainda apontaram para o aumento das filantropias, destacando-se a atuação na oferta educativa e o forte incremento de ações que mediam a tecnológica na educação básica, por meio de programas e projetos voltados para o ensino, formação de professores e de gestores escolares.

Palavras-chave: Política Educacional; Estado do Piauí; Parceria Público-Privada; Oferta Educativa.

ABSTRACT

The decentralization model adopted in Brazil during the 1990s redefined social public policies by reordering responsibilities between government spheres and entrusting them at local levels. In view of this, the present text discusses the Public-Private Partnerships (PPPs) to the educational support by the education systems. The aim of this research is to analyze privatization in Basic Education of the State Public School System in Piauí, based on the identification of private actors in the adoption of programs and projects implemented in the educational policy of the Piauí State Department of Education (SEDUC/PI). As a theoretical contribution, we dialogued with the studies of authors such as Paro (1992); Luz (2000); Mézaros (2006); Harvey (2008); Adrião (2009); Robertson (2013); Peroni e Caetano (2016); Goulart, Cássio e Ximenes (2019); Cássio (2019); Adrião, (2022). The methodology used was quantitative and qualitative research using and documentary research and analysis of educational statistics. The characterization of the data showed the presence of programs created by

¹ Licenciada em Pedagogia e Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos/ São Pulo – Brasil. E-mail: tauanaphb@gmail.com

² Licenciada Plena em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação e Professora da Universidade Estadual do Piauí (UEPI), Teresina/PI – Brasil. E-mail: samara@phb.uespi.br

foundations, institutes and philanthropic social organizations in the dimensions of management and educational provision operating in the state education system of the state of Piauí. The results pointed to the progress and expansion of Public-Private Partnerships (PPPs), assuming responsibility through projects and programs in state schools of education from Piauí, which act in management and supply, in the name of the discourse built on "efficiency and management by results", through the establishment of partnerships with the private sector. The results also confirmed an increase in philanthropy, with emphasis on educational services and a significant improvement in actions aimed at technological mediation in basic education, involving programs and projects focused on teaching, teacher training and school management.

Keywords: Educational Policy; State of Piauí; Public-Private Partnership; Educational Provision.

RESUMEN

El modelo de descentralización adoptado en Brasil durante la década de 1990 redefinió las políticas públicas sociales, reordenando las responsabilidades entre las esferas de gobierno y asignándolas a los niveles locales. Teniendo en cuenta lo anterior, este texto discute las Asociaciones Público-Privadas (APP) para la provisión de educación por parte de los sistemas escolares. El objetivo de la investigación es analizar la privatización de la educación básica en el sistema público de enseñanza del estado de Piauí, a partir de la identificación de actores privados en la adopción de programas y proyectos implementados en la política educativa de la Secretaría de Educación del Estado de Piauí (SEDUC/PI). El marco teórico se basó en estudios de autores como Paro (1992); Luz (2000); Mézaros (2006); Harvey (2008); Adrião (2009); Robertson (2013); Peroni y Caetano (2016); Goulart, Cássio y Ximenes (2019); Cássio (2019); Adrião, (2022). Se utilizó una metodología de investigación cuantitativa y cualitativa, con investigación documental y análisis de estadísticas educativas. La caracterización de los datos mostró la presencia de programas creados por fundaciones, institutos y organizaciones sociales filantrópicas en las dimensiones de gestión y oferta educativa que actúan en la red estatal de educación en el estado de Piauí. Los resultados señalaron el avance y la expansión de las Asociaciones Público-Privadas (APP), asumiendo la responsabilidad a través de proyectos y programas en la red estatal de educación de Piauí, que actúan en la gestión y la oferta, en nombre del discurso construido sobre la "eficiencia y la gestión por resultados", mediante el establecimiento de asociaciones con el sector privado. Los resultados también señalan un aumento de la filantropía, especialmente en la oferta de educación y un fuerte incremento de las acciones dirigidas a la mediación tecnológica en la educación básica, a través de programas y proyectos dirigidos a la enseñanza, la formación de profesores y la gestión escolar.

Palabras clave: Política educativa; Estado de Piauí; Asociación Público-Privada; Oferta educativa.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de descentralização adotado no Brasil desde os anos de 1990 estimulou a redefinição de responsabilidades entre as esferas governamentais, principalmente por centralizar a definição das diretrizes das políticas em âmbito federal e a execução para os níveis locais (Adrião, 2015). Percebe-se então que, vem ocorrendo a redefinição do papel do Estado com a restrição dos direitos sociais e com a implementação de um novo padrão de gestão, mediante a administração pública gerencial, envolvendo a transferência de recursos públicos para corporações ou para fundações, institutos e equivalentes (Adrião, 2017).

No campo educacional, observa-se a definição de novos currículos nas escolas públicas, de novos sistemas avaliativos e, na formação de educadores (professores e gestores), o suporte dado como assessorias técnicas e nas atividades desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino evidenciam um processo de privatização (Adrião, 2017).

Embora essa discussão sobre a relação entre cooperação e indução federativa dadas por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) seja de suma importância, vale ressaltar que não é possível negar que compete à União a coordenação da política nacional de educação e o exercício da função

supletiva e redistributiva em relação a estados e municípios, com vistas à equalização das oportunidades educacionais, como definido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cruz, 2009). Segundo Maria Aparecida Muranaka e César Minto (2002), a ideia de sistema, naquele momento, estava embasada no conceito abrangente de educação o qual implica a necessidade de articular vários direitos sociais “cujo atendimento tem a ver com o grau de humanidade e cidadania que se deseja alcançar” (Muranaka; Minto, 2002, p. 47). Nessa perspectiva, fica descartada a compreensão de um sistema nacional como justaposição de inúmeros sistemas fragmentados de ensino, o que parece ter sido contemplado na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e com as políticas educacionais implementadas nos últimos anos atreladas à avaliação de resultados.

A problemática da pesquisa toma por referência a análise de Morduchowicz (2011), ao destacar que há uma tendência, nas últimas décadas, à descentralização de responsabilidades governamentais na América Latina com o aumento das responsabilidades por parte das esferas locais pela oferta educacional. Em geral, essas políticas se dão sob o argumento de melhoria da eficiência na alocação dos recursos e, por outro lado, trazem preocupações no que se refere à equidade. Para os sistemas estaduais e municipais de educação isto significa universalizar o atendimento da educação básica.

Face a este exposto, o texto faz uma análise quanto à privatização na educação básica da Rede Estadual Pública de ensino do Estado do Piauí, a partir da identificação dos atores privados na participação da adoção de programas/projetos praticados na política educacional da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC/PI).

O percurso metodológico deste estudo se deu por revisão documental, tendo Adrião (2022) e Bertagna et al. (2021) como autores que discorrem sobre a privatização do Ensino Básico. Haja vista o financiamento e a mercantilização da educação, Bertagna et al. (2021) traz uma discussão voltada para como ocorre e se dispõe a privatização da educação estadual do Piauí e menciona atores e programas que se efetivam como parcerias privadas em colaboração com o ensino básico do estado piauiense.

Esta pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental das fontes primárias do Banco de Dados da Pesquisa do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica (2005-2018), desdobrado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/Unicamp)³ e armazenado em Banco de Dados. De posse das informações obtidas, foi desenvolvida a análise descritiva dos principais programas e, principais atores envolvidos, público-alvo, etapas atendidas, segmentos, natureza das instituições e abrangência na rede pública de educação, tomando por referência o recorte temporal do estudo. Em seguida, procedeu-se com a realização de levantamento em bancos de dados do censo escolar disponível no INEP⁴ e no *site* oficial do observatório⁵ para análise da disposição das matrículas no Estado do Piauí quanto a oferta educacional por dependências administrativas na rede básica estadual e pela rede privada em parceria com o estado.

³ Disponível em:

https://www.greppe.fe.unicamp.br/ptbr/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao. Acesso em: 12 de dez 2022

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 12 de dez 2022

⁵ Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>. Acesso em: 12 de dez 2022

Este artigo apresenta quatro seções, sendo elas: A Política De Educação e as Parcerias Público-Privadas Como Tendências De Privatização Na Educação Pública Brasileira onde faz breve explanação conceitual sobre a lógica mercantil das Parcerias Público-Privadas na educação; a seção A Rede Estadual De Educação No Estado Do Piauí que trata sobre os atores que atuam nas dimensões de privatização no estado piauiense, precisamente, na dimensão da matrícula educacional. A seção Atuação Das Parcerias Público-Privadas Na Rede Estadual De Educação Do Piauí mostrará maiores dimensões em que esses atores atuam através dos programas e projetos. E por fim, as considerações críticas sobre a atuação dos atores privados na educação pública do Piauí.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO COMO TENDÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

No artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) a educação é definida como um direito social, e estabelece ao Estado o dever de sua oferta (Art. 205 e 208), sendo competência da União, dos estados e municípios a organização de seus sistemas de ensino em regime de colaboração (Art. 211) visando, entre outros objetivos, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino (Art. 214, alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009).

A administração pública gerencial adotada pelo Estado brasileiro se caracteriza por processos na educação pública que sinalizam para as atuais formas de privatização na e da governança educacional, bem como a globalização da educação como um setor de prestação de serviços ligados a um projeto político com performance advindas do neoliberalismo.

É necessário, portanto, compreender que os processos de privatização estão presentes na Educação Básica brasileira, determinando a transferência de responsabilidades e das atividades fins dos órgãos públicos para os entes privados. Neste sentido, a educação, responsabilidade do poder público estatal, que deve ser ofertada de forma gratuita, se desenvolve também por meio da oferta privada financiada pelo fundo público, ocasionando em uma constante transferência de responsabilidade estatal e expondo a educação pública a todas as vertentes e interesses mercadológicos (Adrião, 2019).

No Brasil, há muitos movimentos de lutas contra as reformas educacionais autoritárias em apoio à educação democrática, mas para que as reformas diminuam, é necessário conhecimento dos processos políticos uma vez que, a reforma gerencial e a privatização, vão tomando força no espaço educacional.

Segundo Goulart, Cássio e Ximenes (2019, p. 17): “três medidas governamentais regressivas estabeleceram as bases para um novo ciclo de reformas educacionais, que tendem a se acentuar e, conseqüentemente, a expressar novos limites e contradições”. Foram então, tais medidas, sendo a primeira a EC nº 95/2016 (Brasil, 2016), incumbida de criar o teto de gastos públicos; a segunda, a emblemática, no atual cenário de reforma do ensino médio, de cunho mercantilista e a terceira, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) que tem como ensejo padronizar o currículo escolar, podendo, portanto, ser ajustado às necessidades do mercado exploratório do trabalho.

A Emenda Constitucional de 1995 (Brasil, 1995) criou o teto de gastos públicos, proibindo por 20 anos a ampliação dos investimentos em políticas públicas e ampliou o avanço das reformas no ensino, dando início às expectativas do mercado de serviços, com a ampliação de acordos com os atores

privados na educação. Assim, os reformadores neoliberais que estavam ligados aos institutos e fundações com fins empresariais impuseram uma agenda cheia de reformas para a escola pública, ocasionando: redução drástica do financiamento público, ataques ao trabalho docente, privatização, militarização e censura (Cássio, 2019).

Sendo assim, o setor privado tem feito investimentos financeiros na educação, no sentido de aportar para as redes públicas, resultados eficazes e com o desenvolvimento de ações que vão desde a compra de materiais pedagógicos utilizados na definição dos currículos escolares, nos sistemas de ensino, na oferta educativa, na gestão, na elaboração e na venda de sistemas padronizados de avaliação e resultados educacionais (Freitas, 2010).

A adoção dos sistemas privados de ensino na educação pública, decorrem de um modelo neoliberal que engrena processos tendenciosos para favorecer a lógica do mercado na educação, transformando-a em mercadoria exclusivamente para os interesses do capital em detrimento das políticas sociais que deveriam ser providas pelo Estado. Para Robertson (2013, p. 693) "a escassez de bens de posição inevitavelmente leva a problemas de distribuição, e isso leva também inevitavelmente à competição para se ter acesso e negar acesso aos outros".

O neoliberalismo na educação traz consequências irreparáveis ao introduzir a lógica da competição e meritocracia no sistema educacional público. Diversos modelos de programas e projetos foram implementados em diferentes sistemas educativos, tendo por base, ações voltadas para a racionalização técnica do processo educativo com vistas à busca de resultados imediatos. Exemplificasse esses processos na educação brasileira através de um sistema educacional excludente que, historicamente, teve um modelo de educação dual e seletivo, traços que perduram em diversas políticas no atual contexto, especificamente nos processos decorrentes das políticas de avaliação em larga escala (Freitas, 2010).

A Educação tem sido enquadrada nas políticas neoliberais desde os anos de 1990, a partir da reestruturação produtiva que exigiu a sua incorporação ao sistema de produção flexível de inovação tecnológica, eficiência, eficácia, polivalência e novas formas organizacionais na Educação. E logo, nessa lógica, incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas que naturalmente se distancia da realidade do aluno e o deixa mais distante de sua emancipação humana (Mészáros, 2006).

No contexto da década de 1990, com o Plano Diretor da Reforma do Estado (1994-2001) no Brasil, ocorreu a entrada efetiva do terceiro setor, o objetivo inicial seria almejar atender às necessidades básicas da sociedade (Peroni, 2011). No entanto, essa reforma foi introduzida na educação sob a premissa de um diagnóstico de uma educação pública com baixos resultados educacionais, com a falta de transparência aliada à má distribuição de riquezas que levou o contexto socioeconômico a problemas mais graves, dentre os quais, destaca-se a falta de acesso a formação de educadores (professores e gestores), o aumento de formação continuada desenvolvido por assessorias técnicas e jurídicas de esferas governamentais, o uso da mediação tecnológica, o controle do trabalho docente, do currículo escolar, dentre outras medidas.

Ademais, no contexto da educação pública com baixos resultados educacionais, Susan Robertson (2013) afirma que existem alavancas das políticas que podem ser utilizadas para suavizar os excessos dessas tendências de privatização. Nesta perspectiva, essa crise reflete a orientação do sistema dada pela evolução incontrolável do capital. Esse processo se desdobra nas políticas educacionais

brasileiras como parte das políticas neoliberais, impondo severas consequências ao papel do Estado para com a educação pública e a sociedade.

As consequências da redução do papel do Estado para com a educação se relacionam diretamente com modelos de programas e projetos adotados em diferentes redes de educação, decorrendo em processos de privatização que transcorrem nas redes estatais de educação. A exemplo, Adrião (2016) aborda sobre os sistemas de ensino privado na educação com foco na avaliação, na produção de materiais escolares, na oferta educacional e venda de pacotes prontos.

No entanto, ao analisarmos o quanto a educação pública brasileira tem sofrido nos últimos anos com os processos de privatização, as considerações de Adrião (2009) nos fazem notar que a implementação de parcerias entre a esfera estatal e a privada é uma das estratégias para a reforma do Estado implantada no país a partir dos anos de 1990, a qual sinaliza como resposta a uma suposta crise de eficácia da administração pública, propondo a adoção da administração gerencial.

As implicações diretas da adoção da administração gerencial na condução das Políticas Públicas, especialmente para Educação, é tendência de consolidação das parcerias entre municípios e a iniciativa privada, estando inteiramente ligadas aos processos de descentralização da educação pública (Adrião, 2009). Os resultados dessas políticas nas redes públicas de educação vêm sendo suavemente "maquiados" pelos projetos de "Educação para todos", onde, o governo juntamente os da consolidação das parcerias intenta criar, ideologicamente, uma concepção de educação politicamente correta e de qualidade, que por vezes, ao serem aplicadas e desenvolvidas no âmbito educacional podem levar ao estreitamento das finalidades gerenciais (Freitas, 2010).

Conforme apontado anteriormente, destaca-se a atuação dos diversos atores privados em redes, que agregam alianças entre o Estado (por meio dos governos), a sociedade civil e o mercado. Segundo Peroni e Caetano (2016, p. 417),

A indústria de especialistas é parte do novo setor de serviços de educação que inclui um número crescente de consultores que operam globalmente organizações de gestão de educação, bem como fundações de ensino e filantropos engajados na concepção da prática e da política educacional. Nesse contexto, delega-se ao mercado o poder de decisão na esfera pública.

Com base nos referidos autores, podemos afirmar que a privatização do público, acaba por influenciar procedimentos, conteúdos e relações de poder que passam a funcionar sob a égide do mercado. Destaca-se que os processos de privatização estão mais diretamente relacionados ao processo pedagógico, entendidos como aqueles relacionados às atividades afins no âmbito das escolas. Para isso, a expansão do setor privado mercantil na educação pública intensificou a mediação entre o público, o privado e o mercado (Frigotto, 2010).

Em desacordo com esse modelo de Estado, os processos de privatização, terceirização, descentralização e publicização travados na dimensão da privatização da educação básica incita o Estado brasileiro a diminuir suas responsabilidades com as políticas educacionais e sociais. Neste sentido, Harvey (2008, p. 41), destaca que "é preciso entendermos as contradições do sistema capitalista, que se manifesta em todas as esferas da vida". Para tanto, Oliveira (2017, p.28) afirma que "a educação está incluída como uma nova demanda para a formação de mão de obra adequada à financeirização no modo de acumulação flexível".

Paro (1992, p. 40) afirma que, “tudo o que diz imediatamente respeito à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se principalmente a atividade ensino- aprendizagem propriamente dita, desenvolvida dentro e fora da sala de aula”. O autor ressalta que não é equivocado considerar-se a assistência pedagógica, uma vez que lidam diretamente como processo pedagógico. Todas essas medidas se contrapõem à gestão democrática e se coadunam com a prevalência da lógica mercantil nas escolas e redes públicas de educação, pondo em relevo o caráter privado da gestão/administração educacional (Luz, 2000).

Nessa seção buscou-se descrever alguns apontamentos teóricos sobre as tendências de privatização na educação pública brasileira a partir do contexto dos anos 1990 à atual, com enfoque nas políticas decorrentes do neoliberalismo na educação. Especificamente, as políticas educacionais, que foram implementadas nas redes de ensino pelo setor privado que tinham na sua origem condução, direcionamento e as tendências que objetivaram favorecer os processos de privatização na educação básica.

Os apontamentos aqui colocados acerca da abordagem tratada neste trabalho são de importância para aprofundarmos nossa compreensão conceitual sobre a atuação das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Desta forma, tomando como base fundamental para conhecimento prévio do assunto os pensamentos já expostos nesta seção, nas próximas buscaremos evidenciar a participação das PPPs na rede estadual de educação do estado brasileiro Piauí.

3. A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Os levantamentos de dados educacionais e caracterização aqui tratados seguem uma série-histórica de anos de 2005 a 2018, focando em analisar a rede estadual de ensino no estado do Piauí, como também nas redes públicas e privadas. A pesquisa aqui desenvolvida buscou obter dados educacionais sobre as condições do atendimento e oferta educacional da rede estadual de ensino do Estado do Piauí, localizada na região Nordeste, por dependência administrativa.

Ao analisar a rede estadual de ensino do estado piauiense no tocante à oferta, a partir de dados consolidados no Mapeamento, coordenado por Adrião (2005-2018), contendo informações detalhadas sobre a oferta no Ensino Fundamental por dependência administrativa (Pública, Privada e Rede Estadual), se constatou que as matrículas da rede pública estadual do Piauí de 2005 a 2018 reduziram para 73,9%. Esse resultado é decorrente, dentre outros fatores, do processo de municipalização da rede de ensino iniciado em 2006 por ação voluntária do próprio governo do estado que concentrou sua oferta de matrículas no Ensino Médio, etapa prioritária da sua responsabilidade federativa.

Para Sales e Silva (2013, p. 1285) aqueles que ‘assumem uma posição crítica’, “veem a municipalização apenas como um processo de desresponsabilização de uma instância central para uma periférica”. Todavia, dada a compreensão do sistema, é notório que não significa apenas a transferência de matrículas de uma rede para outra, significa municípios mais pobres do país arcarem com a responsabilidade de assumirem a totalidade das matrículas do Ensino Fundamental com recursos por alunos insuficientes, tendo em vista a baixa arrecadação na quase totalidade dos municípios do estado do Piauí.

Ao analisar as matrículas do Ensino Médio no estado do Piauí, verifica-se uma queda de 28,6% nas matrículas do ensino médio na rede do Estado. As matrículas da rede estadual do Piauí estão

distribuídas em estabelecimentos de ensino, os quais atendem as etapas da educação básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional).

Na Tabela 1 apresentamos o número de escolas de Educação Básica por dependência no estado do Piauí em um recorte temporal de 2005 a 2018.

Tabela 1. Piauí – Número de Escolas de Educação Básica por dependência – 2005 – 2018

Anos	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2005	7.749	6	823	6.376	544
2006	7.591	6	804	6.222	559
2007	7.413	5	799	6.120	489
2008	7.308	5	821	6.012	470
2009	7.095	5	823	5.795	472
2010	6.785	5	815	5.500	465
2011	6.568	15	802	5.294	457
2012	6.367	15	765	5.145	442
2013	5.885	15	665	4.762	443
2014	5.536	15	663	4.414	444
2015	5.235	20	647	4.134	434
2016	5.134	20	661	3.998	455
2017	4.885	23	655	3.778	429
2018	4.651	23	661	3.520	447

Fonte: Brasil/INEP - Sinopse Estatística 2005 a 2018.

A tabela apresentada mostra a evolução do número de escolas de educação básica no Piauí por dependência administrativa entre os anos de 2005 e 2018. Infere-se da análise dos dados que em 2005 o número de estabelecimentos de ensino no Piauí totalizava 7.749. No ano de 2018, tínhamos apenas 4.651 estabelecimentos de ensino, caracterizando o processo de fechamento de 3.098 estabelecimentos de ensino em todo estado, correspondente a 41,3% que pode indicar consolidação de escolas, fechamentos de unidades ou mudanças características na demanda por educação básica. Na dependência estadual ocorreu o fechamento de 162 (19,6%) escolas da rede, o que significa uma variação amena que pode refletir uma reestruturação ou redistribuição de recursos pelo governo estadual. A situação mais grave está localizada na dependência municipal, com o fechamento de 2.856 (44,79%) escolas, um número acentuado de fechamentos que pode ser resultado de políticas de municipalização ou de gestão dos recursos educacionais a nível local. A rede federal foi a única instância que cresceu 28,3%, o que representa um crescimento no investimento federal na educação básica. A rede privada teve uma ligeira diminuição em 17,8% da sua rede. Saindo de 544 para 447 instituições escolares o que pode indicar uma estabilidade na demanda por educação privada.

A grande maioria dos estabelecimentos de educação no estado do Piauí em 2018 eram de responsabilidade do poder público municipal, correspondendo a 75,7% do total dos estabelecimentos. Isso se relaciona com a obrigatoriedade constitucional de atuação dos municípios (Educação Infantil e Ensino Fundamental). A rede estadual representa 14,2% do total de estabelecimentos de ensino no estado.

Na rede privada, esse percentual é de 9,6% para atender as etapas da educação básica. Embora seja um percentual significativo, não implica dizer que esses estabelecimentos atendem a todas às exigências de funcionamento de uma escola com um padrão mínimo de qualidade. A rede federal apresentou, no período estudado, um crescimento de 33%, saindo de seis Institutos Federais para 23, que foram construídos ao longo desse período como parte de uma política nacional de expansão da rede federal de educação profissional.

Podemos associar esse fenômeno expressivo de fechamento no número de escolas ao fato de sua grande maioria estarem sob as dependências da rede municipal do estado piauiense. Podemos também, associar a imensa discrepância na queda de matrículas no estado, como será assinalado na Tabela 2, logo mais abaixo, em decorrência da fragilidade governamental dos municípios piauienses. O fato da diminuição de escolas por dependência privada não torna significativa sua diminuição quanto suas ações na educação básica, que podem estão acontecendo por meio de outras ações características como pela gestão e oferta de currículo bem como através de parcerias que ofertam projetos e programas que atuam nas escolas de ensino básico.

No tocante à oferta, a Tabela 2 apresenta a movimentação das matrículas no período analisado na rede estadual por etapas e modalidades da educação básica.

Tabela 2. Matrículas na educação básica no estado de PI por etapas e modalidades – 2005-2018

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
2005	131.367	691.055	188.216	5.535	139.214	5.165
2006	132.533	668.217	193.313	4.899	145.985	5.527
2007	129.397	628.299	181.772	15.553	109.971	7.646
2008	132.330	619.729	185.710	20.182	109.787	8.418
2009	135.830	609.593	178.778	24.821	109.792	8.374
2010	129.251	580.275	167.418	28.285	105.136	10.076
2011	131.467	566.315	162.027	30.507	99.129	11.074
2012	132.282	550.242	155.998	35.973	98.362	11.236
2013	136.801	533.279	148.150	36.766	98.368	11.619
2014	137.745	519.655	137.773	43.686	92.160	12.133
2015	134.348	506.726	142.843	58.733	87.674	13.133
2016	136.975	497.338	142.710	50.903	142.538	14.300
2017	140.475	488.300	141.248	60.045	177.231	18.050
2018	143.362	480.126	135.125	49.674	184.671	21.432
%	8,54%	-43,20%	-37,59%	73,51%	25,65%	90,12%

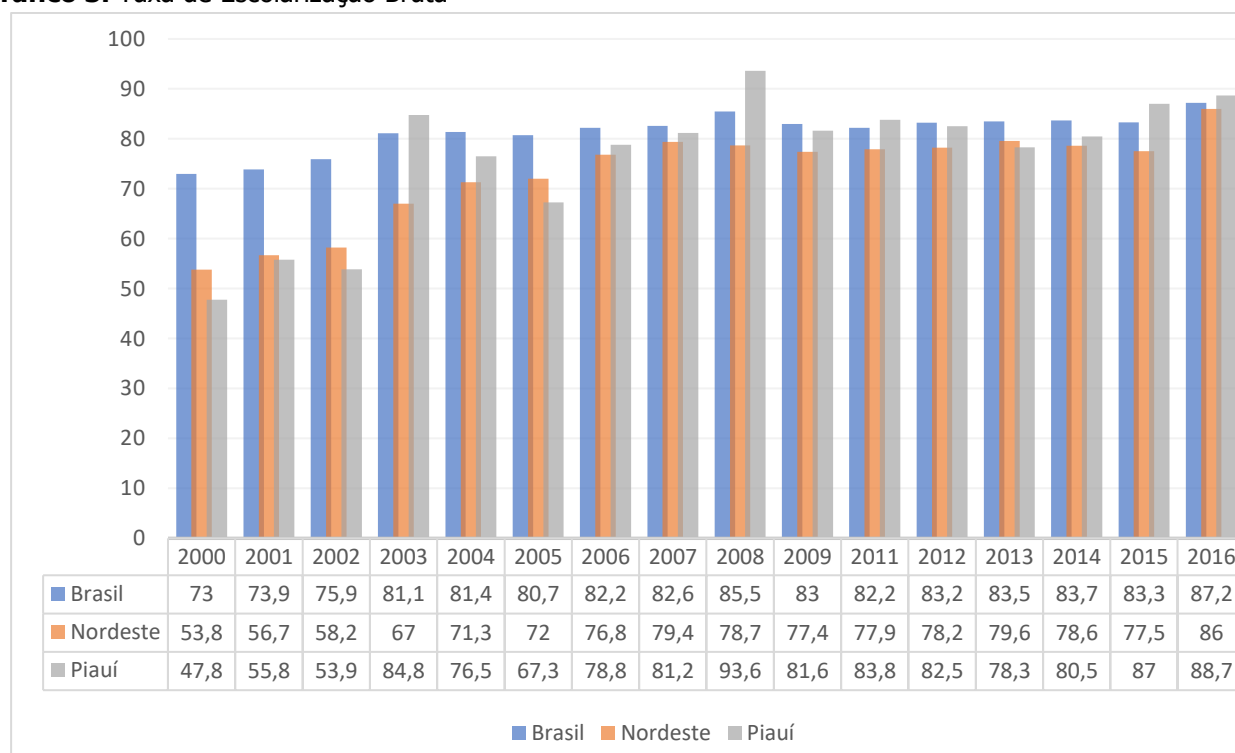
Fonte: Brasil/INEP - Sinopse Estatística 2005 a 2018.

Analisando a série histórica da Tabela 2, evidenciou-se que houve crescimento em quatro etapas de ensino e diminuição das matrículas em duas etapas da educação básica. As matrículas da Educação Infantil no estado apresentaram um crescimento de 8,54%, indicando um crescimento constante na procura pela educação na primeira fase da infância, bem como é um indicador de aumento das instituições que atendem a esse público. A Educação Profissional também cresceu em uma

porcentagem de 73,51%, onde sugere um interesse pela procura crescente por qualificação profissional e técnico, seguida da Educação de Jovens e Adultos com aumento de 25,65% indicando que cresceu a busca por adultos em finalizar ou continuar sua educação a nível básico e a Educação Especial que obteve 90% de crescimento, onde tal crescimento torna-se significativo e pode refletir uma maior inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema educacional. As duas etapas que tiveram quedas significativas foram o Ensino Fundamental com 43,20% estando relacionado a passagem do aluno para o ensino médio, como também a retenção do aluno chegando a transitar para o Ensino de Jovens e Adultos, e o Ensino Médio com 37,59%, que pode estar relacionada à transição dos alunos para o ensino técnico ou superior, ou mesmo ao abandono escolar, chegando a não concluir a educação básica.

No Gráfico 3, destacam-se as informações relacionadas às taxas de escolarização bruta entre os anos 2000 e 2016 no Brasil, na região Nordeste e no estado do Piauí.

Gráfico 3. Taxa de Escolarização Bruta⁶



Fonte: Brasil/INEP - Sinopse Estatística 2005 a 2018.

Entre os anos 2000 e 2016, o Brasil teve uma variável de 14% quanto à região Nordeste que somavam 33%, e o estado do Piauí com 40,90%. Dessa forma, compreendemos que PI cresceu 26,9% a mais em relação ao Brasil, e em 7,9% na região Nordeste.

As variadas razões que contribuem para a alta taxa de escolarização bruta no estado do Piauí, mesmo com uma queda nos percentuais de matrícula, pode ser multifacetadas, encontradas dentro de alguns pontos consideráveis que podem contribuir para a análise dessa situação como: políticas educacionais

⁶ Segundo o Observatório da Criança e do Adolescente, taxa de escolarização bruta é o resultado do cálculo realizado a partir da razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (15 a 17 anos) para o curso na etapa de ensino, tendo como objetivo identificar se a oferta de matrícula no Ensino Fundamental é suficiente para atender a demanda de alunos a partir da faixa etária de 7 a 14 anos.

e investimentos, retenção escolar, demografia, acesso e infraestrutura e programas de inclusão. Para entender melhor as razões específicas para o estado do Piauí, será necessário uma análise de dados mais detalhados e estudos locais que examinem as tendências educacionais e socioeconômicas do estado.⁷ Além disso, é importante considerar o contexto do Nordeste e do Brasil como um todo para fazer comparações significativas levando em consideração as tamanhas dimensões de desigualdade social que ainda perpetua por todo o país, inclusive no âmbito educacional.⁸

O avanço do capital na educação tem promovido diversos formatos de privatização mais agressivos, de forma que a diferença entre a educação pública e privada está se dissolvendo, ou mesmo deslocando a fronteira do ensino público para o privado, em formas legais e ilegais, éticas e não éticas.

A seguir, destacam-se os dados coletados que apontam alguns indicadores de privatização do ensino público do estado do Piauí, tais como: parcerias públicas, caracterizando o privado sob a forma de regime de cooperação, e contratos de gestão com adoção de propostas que influenciam a educação através de um discurso da gestão por resultados.

Tomando como referencial de análise os dados documentais e bibliográficos desse estudo entre os anos 2005 e 2018, foi possível identificar os principais atores privados na rede estadual de educação do Piauí, que incidem sobre a oferta educacional. No Quadro 1, apresenta-se de forma sintética os programas (concluídos e em vigência), sua dimensão, instituição-natureza, público-alvo, instituições parceiras, ano de início e se esteve em vigência em 2018.

Quadro 1. Atores, Programas de Incidência na Oferta – Piauí (2005-2018)

DIMENSÃO	INSTITUIÇÃO NATUREZA	NOMES DA INSTITUIÇÃO	ETAPAS ESCOLARIDADE	PUBLICO ALVO	INSTITUIÇÃO PARCEIRAS	VIGENTE 2018	ANO INICIO	%
Oferta	Associação	Inclusão Escolar: superando barreiras e garantindo autonomia discente	SI	Estudantes	APAE	Sim	2018	5,6
	Fundação	Unidade Escolar Família Agrícola Santa Ângela	EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2017	22,2
	Fundação	Parceria para manutenção de serviços educacionais - Termo de Fomento nº004/2016	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	Sim	2016	22,2
	Fundação	Fomento e atividades de Gestão Escolar	EI EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2016	22,2
	Fundação	Parceria para manutenção de serviços educacionais - Termo de Fomento nº 002/2017	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	SI	2017	22,2
	Fundação	Manutenção de estudantes	EF EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2018	22,2
	Fundação	Oferta de ensino médio	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	Sim	2018	22,2
	Fundação	Fomento e execução de atividades de Gestão Escolar	EF EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	SI	2017	22,2
	Fundação	Jogo da vida em trânsito	EM	Professores	Fundação Volkswagen	SI	2014	5,6

⁷ Disponível em: Piauí tem a maior queda de matrículas no País - Agência Nossa (agencianossa.com). Acesso em: 16 de mar 2024

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/07/pesquisa-do-ibge-revela-o-tamanho-da-desigualdade-que-a-educacao-brasileira-ainda-enfrenta.ghtml>. Acesso em: 16 de mar 2024

	OSCIP	Parceria para manutenção de serviços educacionais - Termo de Fomento nº 011/2016	EM	Estudantes	Centro de Formação Mandacaru de Pedro II	SI	2016	11,1
	OSCIP	Apoio a estudantes cegos	SI	Estudantes	ACEP	SI	2017	5,6
	OSCIP	Ações de desenvolvimento educacional	SI	Estudantes	Fundação ASA Ação Social Arquidiocesana	SI	2017	5,6
	OSCIP	Projeto MANDACARU	EF EM	Estudantes	Centro de Formação Mandacaru de Pedro II	Sim	2018	11,1
	Instituto	Circuito Campeão / Gestão Nota 10	EF EM	Gestores Professores Estudantes	Instituto Ayrton Senna	Não	2008	5,6
	Instituto	Programa Jovem de Futuro	EM	Estudantes, Professores, Gestores, Famílias	Instituto Unibanco	Sim	2012	5,6

Fonte: Adrião (coord.). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp - Nota: SI – Sem Informação.

Analisando o Quadro 1, identificou-se a presença das “Fundações Filantrópicas sem fins lucrativas, entidades que “recebem subsídio à oferta por meio de Convênios/contratos/termos de parcerias entre governos e organizações privadas ou subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais” com maior incidência na oferta educacional no estado piauiense (Adrião, 2017, p.11).

Destaca-se, nesse grupo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no atendimento escolar e multidisciplinar a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, cuja incidência neste estudo, entre os atores privados, é de 5,6%.

A segunda categoria de instituições são as fundações, com maior performance de atuação a Fundação Santa Ângela com 22,2%, (FSA), com ações educacionais na oferta por meio das escolas famílias agrícolas em todo estado, presentes em 16 municípios piauienses. Essa associação está vinculada a mais três grupos de fundações, sendo elas a Fundação Dom Edilberto Dinkelborg (FUNDED), Fundação Pe. Antônio Dante Civiero (FUNACI) e Escolas Famílias Agrícolas (EFA) territoriais.

No terceiro grupo, constituído pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tem-se em destaque o Centro de Formação Mandacaru (CFM), entidade vinculada à igreja católica atuante nas seguintes cidades: Teresina e Pedro II, desenvolvendo ações educativas junto as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em cumprimento das medidas socioeducativas e às vítimas de violência sexual. Constata-se que no Piauí, é crescente o aumento das filantropias com atuação na oferta educativa com 15 instituições de natureza jurídica diferentes. Segundo Adrião (2017, p.18) “destaca-se, [...] filantropos de risco, segmentos que se apresentam como não lucrativos, apesar de atuarem em conformidade com interesses do mercado”.

O quarto grupo, com maior destaque no Quadro 1 são os institutos, como o Instituto Ayrton Senna (IAS)⁹ e Instituto Unibanco (IU). A parceria com o IAS iniciou-se em 2008, foi implantado em 453 escolas da rede estadual, em 143 municípios, atendendo 94 mil alunos do ensino fundamental. Seu foco foi em ações via Gestão Nota 10, Acelera Piauí, com ações para correção de fluxo escolar e o Se Liga, com foco na distorção idade, série, alfabetização. Quanto ao IU, implantado em 2012 à atualidade, com a incidência em mais de 450 unidades escolares, através do Projeto Jovem do Futuro,

⁹ Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticia/Seduc-realiza-Encontro-de-Capacitacao-do-Programa-Gestao-Nota-10/430/>. Acesso em: 10 de nov 2023

em parceria com a SEDUC/PI, através de assessoria técnica/instrumental com foco na gestão escolar, há o desenvolvimento de ações como promessa para a “melhoria dos resultados de aprendizagem” dos estudantes.

4. ATUAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Podemos compreender a privatização do ensino, analisando a relação da expressão Parceria Público-Privada (PPP), como bem nos traz Adrião (2022), sendo uma forma de intervenção do setor privado junto à administração pública, se fazendo proveitos parciais ou totais, válidos que lhes foram atribuídos através do poder público. Vale expor que não há uma problemática nas PPPs como parceiras, mas consiste uma problemática de viés mercantil incumbido em tais PPPs.

No tocante à privatização da oferta do ensino básico na rede estadual do Piauí, ao realizar leituras em Bertagna et al. (2021) e ao analisar bancos de dados do INEP, constatou-se forte presença de setores privados quanto à oferta e gestão do ensino, ocorrendo através de programas em colaboração com setores privados como organizações, institutos, fundações em parceria com o setor público na rede estadual de educação do Piauí, como evidencia-se na Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Relação de programas e setores privados em colaboração com o ensino no Piauí

PROGRAMAS	PARCERIAS
Programa de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos.	Criado com a consultoria Fundação Getúlio Vargas – FGV em parcerias com SEDUC, organizações civis e sócias.
Programa “Volta ao Novo”	Iniciativa do Instituto Ayrton Senna em parceria com Instituto UNDIME – PI e SEMEC.
Programa Gestão Nota 10	Instituto Ayrton Senna.
Programa PRO Alfabetização na Idade Certa.	Colaboração entre Fundação Lemann e Instituto Natura.
Programa Jovem do Futuro.	Instituto Unibanco.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados disponíveis pela SEDUC/PIAUI.

Constata-se no Quadro 2, a atuação de cinco programas em desenvolvimento no ano de 2020 que se relacionam diretamente com a oferta educativa na rede estadual voltada para a Educação Básica em diferentes etapas e modalidades. Com destaque, inicialmente, o Programa de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos (PROAJA), lançado no ano de 2021 durante a vigência do, até então governador, Wellington Dias, sendo considerado como um dos maiores programas de alfabetização do Piauí, com meta inicial para alfabetizar 200 mil jovens, adultos e idosos no estado do Piauí entre os anos 2021 e 2022 (SEDUC/PI, 2021).

O PROAJA foi elaborado buscando parcerias amplas, tanto no setor privado, como entidades privadas e organizações sociais e civis, como no setor público, como a Secretaria de Educação (SEDUC/PI), municípios e outras entidades de esferas públicas, pois esse programa tende a trabalhar com sistema de monitoramento e gestão. O programa foi criado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), pondo em evidência três dimensões importantes para seus colaboradores como: mobilização de todas as entidades do estado do Piauí, para que possam ver bons resultados, incluindo colaboração

público-privado; o incentivo financeiro, este provém, também, do setor privado; e o monitoramento para que haja o controle do andamento do desenvolvimento do alfabetizando.

O Programa Volta ao Novo (PVN) é uma ação educacional, ainda, de iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), implementado durante a pandemia da COVID-19, sendo lançado em julho de 2020. Seu objetivo foi de desenvolver competências socioemocionais de educadores e educandos de escolas públicas, tendo em vista o cenário pandêmico. O PVN apoiou redes estaduais e municipais através de encontros e conteúdos formativos, trabalhando o desenvolvimento de cinco macrocompetências, sendo elas: resiliência emocional, amabilidade, abertura ao novo, engajamento com o outro e autogestão. Esteve presente em redes educacionais de todo o país entre os anos 2020 e 2021. No Piauí, se fez presente em cidades como Floriano, São José do Divino, Uruçuí entre outras mais para auxiliar no planejamento do ensino remoto (SEDUC/PI, 2021).

Quanto ao Programa Gestão Nota 10, também uma iniciativa do IAS em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), voltado aos gestores da educação brasileira com o objetivo de promover a qualificação das políticas públicas de educação através de gestão eficiente, dando o aparato e suporte necessário para que haja melhor desenvolvimento do educando, gerenciando a rotina das escolas e das secretarias de educação. O programa realizava um diagnóstico da rede de ensino e gestão, dando apoio às secretarias de educação e aos gestores. Findando em 2014, porém, suas práticas foram absorvidas pelas demais instituições como aprendizagens e se fizeram presentes nos anos seguintes.

O programa compõe indicadores e metas, formulando o Plano de Ação e Meta (PAM), que, bem como traz o Piauí (2016), devem ser elaboradas pelas escolas e pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) com 100% do cumprimento dos dias/horas; 98% de frequência tanto de professores como alunos; 2% de reprovação por falta no máximo; 95% no mínimo de alfabetização ao final do 2º ano do ensino fundamental; correção de fluxo escolar mínimo de 95% e, no mínimo 95% de aprovação do 1º ao 9º ano. Até o ano de 2016 o Programa Gestão Nota 10 estava implantado em 150 municípios, em 521 escolas de ensino fundamental, assim, beneficiou 106.207 alunos da rede estadual do Piauí.

Outro programa é o Alfabetização na Idade Certa, lançado no Piauí com apoio da Fundação Lemann (FL) em parceria com o Instituto Natura (IN), e gerido pela Associação Bem Comum (ABC). Seu objetivo é alfabetizar todas as crianças até os 7 anos, tendo como estimativa alfabetizar cerca de 200 mil crianças da educação infantil e 1º e 2º ano do ensino fundamental, que é o ciclo de alfabetização.

Um dos grandes parceiros da SEDUC com ações voltadas para a oferta educativa é o Instituto Unibanco (IU), com o Programa Jovem do Futuro (PJF), que teve novo lançamento em 2021, chegando aos 100% de adesão em 224 municípios piauienses (SEDUC/PI, 2021).

Segundo o Instituto Unibanco (2022), o PJF no estado do Piauí está se expandindo, de acordo com o senso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁰, sendo que em 2005, o programa

¹⁰ Tomando por referência as informações do Banco de Dados do GREPPE, verificou-se nas fontes de coleta do INEP (Sinopses Estatísticas) da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/PI), na SEFAZ, nos oficiais Portal da Transparência e nos Relatórios de Conta da CGU e TCE do estado do Piauí as informações da série histórica desse estudo, optando por aprofundar somente o ano de 2018 (janeiro a dezembro), por ser mais recente.

se fazia presente com um percentual de 65% e em 2015 chegava a 82,7%, de sua participação na educação estadual e, em 2021, alcançou 95,9% de atuação no Piauí.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto explanou sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no sistema estadual de educação no Estado do Piauí por meio da análise da evolução do atendimento educacional das redes municipais nas duas últimas décadas. Analisou-se os programas e parcerias que atuaram na educação piauiense por meio das parcerias realizadas entre o setor público e privado: empresas e fundações.

Os resultados analíticos desse estudo apontam para o aumento das filantropias, com destaque para a atuação na oferta educativa e a ampliação da política de mediação tecnológica para a educação básica, por meio de programas voltados para o ensino, formação de professores e gestores escolares.

Verificou-se no estudo que a política de precarização do trabalho docente intensificou-se por meio da ampliação de contratações provisórias, bem como a falta de realização de concursos públicos para cargos efetivos da rede. Ressalta-se ainda, o déficit de professores nas áreas de exatas, artes, sociologia, filosofia, entre outras áreas, que passaram a ser ministradas e transmitidas por meio de videoaulas remotas e via satélite pelo Canal Educação, cujo objetivo inicial tinha como pretensão reduzir o déficit de professores, consolidando-se como política permanente da SEDUC/PI para a oferta do ensino regular, como também para o desenvolvimento de ações das demais áreas de formação de professores e de gestores da rede estadual.

Evidenciou-se a lógica privatista implementada, independente do governo ou partido político, à frente do Governo do Estado e da Secretaria de Educação, destacando o processo de substituição das eleições diretas que a rede vinha adotando de 1999 a 2015. Esse processo foi alterado em 2016, passando a ser realizado por meio de processo seletivo interno, para os cargos de diretor e coordenador pedagógico, com as exigências de realização de prova de aferição de conteúdo, curso de Gestão remoto via Canal da Educação e elaboração do Plano de Gestão com enfoque em metas e resultados. O ônus financeiro do estado do Piauí ao público, assumindo empréstimos junto aos órgãos multilaterais (*BIRD, Banco Mundial, PNUD*) tem sido prática recorrente para suprir os valores financeiros com os custos da adoção dessas parcerias, convênios e empresas.

Os resultados evidenciaram que a alteração da lógica na gestão da educação adotada nos sistemas públicos, introduz nas redes públicas diferentes manifestações de privatização da educação pública através das parcerias público-privada com diferentes instituições lucrativas e não lucrativas, na tentativa de imprimir uma "suposta" qualidade na educação, sob a ótica de bons resultados.

A relação entre o aumento das taxas de escolarização bruta e o crescimento da privatização na educação, nesta análise de dados quantitativos e qualitativos aqui tratados pode sugerir uma relação negativa uma vez que, à medida que a privatização aumenta, as taxas de escolarização bruta podem diminuir. Isso pode ocorrer por vários motivos: geral desigualdade social, uma vez que a expansão do setor privado no âmbito público pode exacerbar as desigualdades sociais, pois as famílias de aquisições mais acentuadas têm mais oportunidades de educar seus filhos em escolas privadas, enquanto as famílias mais pobres podem ter menos acesso à educação de qualidade; o aumento no custo da educação pode ocorrer com a efetivação da privatização, deixando a educação menos acessível para famílias de baixa renda e, logo, reduzindo a taxa de escolarização bruta; e o setor privado pode direcionar e manter seu foco unicamente no lucro em detrimento do acesso à educação.

Financiamento e agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio da concessão da bolsa de Mestrado no ano de 2023, enquanto acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFES), e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (GEPPEGE).

6. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009.

ADRIÃO, Teresa. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990**: um diálogo com a produção acadêmica. Tese Livre Docência. 2015, 227p.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & sociedade**, v. 37, p. 113-131, 2016.

ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p. 8-28, jan. /abr. 2017.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, ANPAE, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 11 de mar de 2024

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional** nº 9, de 9 de novembro de 1995. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v.

BRASIL. Lei de Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Normas, lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996.

BERTAGNA, Regina Helena; GARCIA, Teise; VENCO, Selma. (Orgs.). Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). **Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil**. Vol. 3. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, 403 p.

CÁSSIO, Fernando (Ed.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo Editorial, 2019.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto Federativo e financiamento a educação**: a função redistributiva e supletiva da União – o FNDE em destaque. 2009. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. Avaliação: para além da “forma escola”. Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil, 2010. FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica 2010. **Educação & Sociedade**, v. 28, n.100, p.100-1129, 2010.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação contemporânea: disputa de concepções, práticas e caminhos. São Paulo, XXIV Encontro Estadual de Supervisores do Magistério. **Revista APASE**, v. 11, p. 62, 2010.

GOULART, Débora Cristina; CÁSSIO, Fernando; XIMENES, Salomão Barros. Rede Escola Pública e Universidade: produção do conhecimento para/com as lutas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

GREPPE. Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015; 2018). Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, EDIÇÕES LOYOLA, 2008.

INEP - **Sinopse Estatística 2005 a 2018**. Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 23 de nov de 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Volta ao Novo**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/volta-ao-novo.html>. Acesso em: 24 de nov de 2022.

LUZ, Liliene. **Conselhos Escolares**: cidadania, participação e gestão democrática na educação? Teresina: EDUFPI, 2000.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boi Tempo Editorial, 2006.

MORDUCHOWICZ, Alejandro. **Carreiras, incentivos e estruturas salariais docentes**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe. Documento n. 23, 2011.

MURANAKA, Maria Aparecida; MINTO, César Augusto. Organização da Educação Escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 2a.ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 43-62.

PARO, Vítor. O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública. **Em Aberto**, v. 11, n. 53, 1992.

PERONI, Vera (Coord.). Novos contornos da parceria público/privado na gestão da escola pública. **Porto Alegre**, p. 2007-7, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação e Realidade**, v. 41, n. 2, p. 407-428, 2016.

PIAUI. Estado do Piauí Conselho Estadual de Educação: legislação e norma. **Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999**. Lei sobre o sistema de ensino do Estado do Piauí. Disponível em: <http://www.ceepe.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 20 de nov. de 2022

ROBERTSON, Susan. As implicações em justiça social da privatização nos modelos de governança da educação: um relato relacional. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 679- 703, 2013. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>.

SALES, Luís Carlos; SILVA, Magna Jovita Gomes de Sales. A movimentação das matrículas no Ensino Fundamental no estado do Piauí. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 1283-1301, 2013.

SEDUC/PI. **Gestão Nota 10**. Disponível em: <https://seduc.pi.gov.br/projetos.php?id=9>. Acesso em: 24 de dez de 2022.

UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 24 de dez de 2022

Submissão: 10/01/2024

Aceito: 20/04/2024